

2009/04/02

## A REFORMA DA SEGURANÇA E DA DEFESA NA GUINÉ-BISSAU – O APOIO DA UNIÃO EUROPEIA

Luís Marquês Saraiva[1]

Os recentes trágicos incidentes na Guiné-Bissau, com as mortes violentas do seu Presidente e do seu Chefe de Estado-maior das Forças Armadas, concentraram neste país as atenções e apreensões de todo o mundo. Já muito debilitada por um baixo índice de desenvolvimento, na cauda dos países mais pobres, e ainda por cima acossada por ameaças como as redes de droga e o tráfico clandestino de pessoas, a Guiné-Bissau estaria agora face a um grave aprofundamento do estado de crise. No entanto, esta crise não será assim tão grave. Este país tem sabido resistir a outras graves dificuldades políticas com que tem deparado, além disso tem vontade de se modernizar e, acima de tudo, conta com a solidariedade e ajuda de instituições internacionais, de parceiros e de países amigos.



Várias são as missões de instituições internacionais presentes no território da Guiné-Bissau, colaborando com as autoridades guineenses em diversos sectores da sociedade e do Estado. Merecem destaque os esforços dessas autoridades para implementarem estruturas de segurança e defesa que dêem às populações sentimentos de conforto e de esperança no futuro. Para isso contam, nomeadamente, com a missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança e Defesa (missão UE RSS Guiné-Bissau), tendo o actual Ministro da Defesa exprimido já as suas expectativas sobre os bons resultados esperados do seu apoio.

Em entrevista que nos concedeu em Bissau a 31 de Janeiro de 2009, no Hotel 24 de Setembro (sede provisória da missão), e que a seguir se apresenta, o chefe da missão UE, Major-General Juan Esteban Vêrastegui, das Forças Armadas espanholas, traça as principais linhas de acção da sua equipa, demonstra as elevadas expectativas das autoridades guineenses e reitera a necessidade de se reforçarem e coordenarem as diversas iniciativas, tanto na área de segurança e defesa como no desenvolvimento.

Senhor General, considera que a Reforma do Sector de Segurança e Defesa está de facto a ser conduzida pelas autoridades da RGB, embora assessorada através do apoio e do aconselhamento da missão UE?

Sim, a reforma, basicamente, é um programa guineense. O princípio basilar é a apropriação deste projecto pelas autoridades da RGB. A própria apresentação da missão UE RSS Guiné-Bissau no território da RGB concretizou-se apenas a partir de um convite das autoridades locais.

Qual é o tempo que considera necessário para a missão UE levar a cabo os objectivos propostos?

Neste ponto há que fazer um esclarecimento, pois o mandato da missão, tal como está agora delineado, é muito curto. A capacidade operacional inicial da missão, aquilo que na gíria UE se designa por IOC[2], começou em Junho do ano passado (2008). Os objectivos iniciais desta missão são a transformação das estruturas de segurança e defesa, tal como descritas no documento da estratégia da reforma que, no entanto, é muito vago e generalista, e transformá-lo num projecto mais concreto em todas as suas vertentes. Não há de momento, portanto, possibilidades de levar para a frente um processo global de trabalho.

Podemos afirmar que, de momento, conduzimos trabalhos ao nível intelectual, principalmente, e não ainda a um nível de esforço mais aplicado no terreno. Aquelas que são as nossas actuais tarefas principais consubstanciam-se no estudo detalhado do mandato e na preparação de uma proposta para o alterar, adequando-o à realidade que viemos encontrar no terreno, de forma a brevemente podermos dar início, provavelmente em meados de Março, à Reforma do Sector de Segurança e Defesa (RSS) em termos físicos. Pelos estudos já realizados, chegámos à conclusão ser necessário cerca de dois a três anos para que os resultados da RSS comecem a concretizar-se.

Quais os recursos identificados como necessários para o sucesso desta missão, para além dos já no terreno?

Após os estudos já levados a cabo com militares e polícias, tem-se constatado que o problema deste país é principalmente a falta de meios para Bissau levar a cabo os diversos aspectos da

Reforma. É necessário um grande esforço por parte dos guineenses com vista à formação e treino do pessoal relevante. O processo de RSS poderá ser paralisado se não houver pessoal adequado para o levar por diante. E não é solução apostar simplesmente no pessoal internacional, pois esse não se encontra aqui em Bissau para fazer o trabalho que é da competência dos guineenses.

Quais as principais dificuldades exógenas (ou seja, estranhas à própria missão e às autoridades RGB) com que a missão se depara?

O processo pelo qual estamos a abordar o problema é um processo, por assim dizer, “sintético”, concebido no patamar político, sem que a sociedade guineense estivesse por detrás, integrando-o. Portanto, um dos esforços em que a missão UE tem que se empenhar é o de garantir que a sociedade guineense fique consciente do projecto e que não haja problemas de comunicação. Têm de perceber o que estamos aqui a fazer, o que depara com alguns problemas até de vocabulário. Por exemplo a palavra “reforma”, que tão ligeiramente utilizamos na definição da missão, tem como significado popular e quase único, a ideia de passagem à situação de reforma, ou seja, de mandar para casa as pessoas, reformando-as. Ora, isto na Guiné-Bissau quer dizer que se irá deixar de ter até mesmo a simples garantia da alimentação, o que é uma ideia terrível. Muita gente pensa que a desmobilização acarretará essa ameaça, de ir para casa sem qualquer forma de sustento. Não se liga a palavra “reforma” com reestruturação ou modernização das forças armadas e de segurança. É claro que o processo tem de mandar para casa muitas pessoas, pois não “cabem” nos projectos das novas forças. Mas temos de lhes demonstrar que o processo é essencialmente de reestruturação das polícias e forças armadas e não o simples “despedimento” de pessoas. Existem por isso movimentos de resistência a mudança no seio das forças armadas e de segurança, agravados pela memória de outras tentativas, goradas, de reestruturação. É necessário esclarecer, portanto. O próprio Presidente Vieira falou esta semana com o responsável pelas missões PESC civis da UE, que aqui esteve em visita e foi estudada a possibilidade de se contratarem antigos militares e polícias das forças de segurança e defesa de Cabo Verde para que venham aqui explicar as vantagens de se passar à reserva e reforma e de criar novas estruturas. Estamos assim a estudar como articular essa hipotética vinda de militares e polícias cabo-verdianos – antigos companheiros de luta dos guineenses no PAIGC –, para que venham aqui com essa missão de sensibilização do que é realmente a RSS e assim anular resistências que só teriam lógica se fossem verdade. Por outro lado também verifiquei, junto das estruturas de Comando das Forças Armadas, que é também preciso fazer junto destes uma campanha de sensibilização.

Concorda com a ideia de que existe uma ligação indissociável entre Segurança, na sua acepção mais geral, e desenvolvimento?

Sempre expressei claramente a ideia de que a paz não é apenas a ausência de conflito. É sim a prevalência de uma situação estável e justa para todos. E digo justa porque é necessário que exista um sistema de leis justas que se aplique de igual modo a todos. Considero que a falta de uma situação de equilíbrio nos aspectos sociais está directamente relacionada com a falta de desenvolvimento, a curto e a médio prazo, e conduz inevitavelmente a situações de instabilidade. Assim, para se conseguir alcançar uma situação de maior validade no que à estabilidade diz respeito, nestes processos, é necessário criar estabilidade no plano institucional. Podemos perguntarmo-nos então por onde começar. Do meu ponto de vista existem dois modelos. O primeiro advoga a ênfase no desenvolvimento, sublinhando que este trará estabilidade. É um caminho muito longo, em que os trabalhos para o desenvolvimento poderão ser prejudicados pela falta de estabilidade. Um outro caminho, e mais curto, é o da estabilização, após o que se seguirá o desenvolvimento. Acredito que o desenvolvimento virá rapidamente se o país se encontrar estabilizado do ponto de vista securitário. Ou seja, é necessário, primeiramente, criar as estruturas de Estado que assegurem que o país se encontra seguro e que os projectos de desenvolvimento não serão destruídos de forma violenta. Este será o caminho lógico, mais rápido e, a médio prazo, mais seguro.

Portanto, considera que qualquer projecto de desenvolvimento deve ser precedido de uma estabilização da segurança, mais uma vez na sua acepção mais geral, de modo a maximizar as garantias de sucesso?

O obstáculo com que nos deparamos, na adopção desta abordagem, tem a ver com os projectos pessoais obscuros, que sempre surgem nestas situações. Em situações de instabilidade aparecem investidores sui generis, em busca de benefícios elevados e rápidos. Ora, tal é, tendencialmente, suportado por iniciativas económicas de base não legal ou, no mínimo, pouco claras. Por princípio há que desconfiar das pessoas que investem em países com graves problemas de estabilidade.

Em resumo, em primeiro lugar há que criar as estruturas do Estado, nos seus pilares básicos de

justiça, segurança e defesa. Depois há que passar à fase do investimento em estruturas de desenvolvimento. É assim que concebo o sucesso de missões como esta.

[1] Coronel do Exército português, assessor do IDN

[2] “Initial Operational Capability”.

#### **41 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2011/10/14**

##### **A NATO E A PCSD DA UE, NO PÓS LÍBIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2011/03/20**

##### **O DESTINO DE KHADAFI E A SEGURANÇA EUROPEIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/12/19**

##### **A UE E O FUTURO DA COOPERAÇÃO ESTRUTURADA PERMANENTE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/10/09**

##### **A SEGURANÇA ENERGÉTICA DA EUROPA E A NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/07/09**

##### **A INTERVENÇÃO MILITAR DA OTAN NA JUGOSLÁVIA[1]**

*Carlos Ruíz Ferreira[2] (Brasil)*

**2010/03/15**

##### **AS RELAÇÕES NATO/UE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2009/04/07**

##### **A SOLUÇÃO POLÍTICA PARA O AFGANISTÃO E A UE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2009/03/31**

##### **REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA – UM PERFIL MILITAR PÓS-MODERNO[1]**

*Luís Marquês Saraiva[2]*

**2009/03/25**

##### **A CIMEIRA DOS 60 ANOS DA NATO E A UNIÃO EUROPEIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/11/07**

##### **ESDP IN STRATEGIC NEIGHBOURHOODS: PROMISES OF STABILITY THROUGH INTERNATIONAL MILITARY COOPERATION**

*Sandra Fernandes e Luís Saraiva*

**2008/07/28**

##### **O KOSOVO E A PRISÃO DE RADOVAN KARADZIC**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/07/20**

##### **O IMPASSE IRANIANO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/05/14**

##### **A “NOVA” RÚSSIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/04/09**

##### **A CIMEIRA DE BUCAREST E O “ALARGAMENTO” DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/03/25**

**O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/02/12**

**A INDEPENDÊNCIA DO KOSOVO: UMA PERDA ESTRATÉGICA PARA A EUROPA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/02/01**

**QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/01/02**

**AS IMPLICAÇÕES DO SISTEMA NORTE-AMERICANO DE DEFESA ANTIMÍSSIL PARA A EUROPA**

*Joana Gonçalves, Milena Batista, Sofia Alves e Tiago Maurício*

**2007/11/30**

**KOSOVO: A ATRACÇÃO DA INDEPENDÊNCIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/09/17**

**UCRÂNIA. ELEIÇÕES DENTRO DE DUAS SEMANAS**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/07/26**

**DE UMA FORMA OU DE OUTRA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/07/02**

**A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA**

*Daniela Siqueira Gomes[i]*

**2007/06/25**

**A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA. RESPONSABILIDADE DA NATO? (II PARTE)**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/05/25**

**A HERANÇA ALEMÃ PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/05/19**

**A DEFESA COLECTIVA DA EUROPA: RESPONSABILIDADE DA NATO?[1]**

*Alexandre reis Rodrigues*

**2007/04/19**

**THE TALIBAN THREAT IS NOT JUST AMERICA'S BURDEN[1]**

*Robert Hunter[2]*

**2007/04/01**

**A DEFESA ANTIMÍSSIL NA EUROPA. UM PROBLEMA PARA A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/02/20**

**UMA PARCERIA COM A RÚSSIA. É POSSÍVEL PARA O CURTO PRAZO?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2007/01/20**

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2007/01/19**

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

**2007/01/18**

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]**

*João Brandão Ferreira*

**2006/04/27**

**A SEGURANÇA ENERGÉTICA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/04/06**

**A SEXTA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA**

*João Brandão Ferreira*

**2005/07/17**

**A PRESIDÊNCIA BRITÂNICA DA UNIÃO EUROPEIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/10/29**

**A AGÊNCIA EUROPEIA DE SEGURANÇA MARÍTIMA E A AUTORIDADE DO ESTADO NO MAR [1]**

*Francisco Duarte Lima*

**2004/10/12**

**UMA NOVA DOCTRINA DE SEGURANÇA PARA A EUROPA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/05/14**

**A DEFESA EUROPEIA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2004/03/21**

**A TURQUIA E A UNIÃO EUROPEIA**

*João Vieira Borges*

**2004/02/23**

**SEGURANÇA E DEFESA NA UNIÃO EUROPEIA; DO DESCONHECIMENTO À PROSPECTIVA**

*João Vieira Borges*

**2004/02/19**

**A UE E A RÚSSIA**

*António Silva Ribeiro*

**2003/09/30**

**PORTUGAL E A ZEE DA UNIÃO EUROPEIA**

*João Vieira Borges*